

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 19/9/2019

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Elismar Prado – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – João Magalhães – João Vítor Xavier – Marília Campos – Professor Irineu – Roberto Andrade – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/9/2019

Às 14h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Coronel Henrique e Professor Cleiton (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.258/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de implantação de transporte ferroviário de passageiros entre os Municípios de Santa Luzia e Belo Horizonte, tendo em vista que a ferrovia já existe e está sendo administrada pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. – FCA;

nº 4.285/2019, dos deputados Roberto Andrade, Coronel Henrique e Professor Cleiton, em que requerem seja informado à Mesa desta Casa o tema priorizado pela Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras para a prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2019.

João Leite, presidente – Marília Campos.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/9/2019

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Professor Cleiton e Marquinho Lemos (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG – pelos 73 anos de sua criação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença dos deputados Coronel Sandro e Bartô. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.321/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita à Biblioteca Pública Municipal Leonor de Aguiar Batista, no Município de Betim, para verificar as demandas e condições de funcionamento da unidade;

nº 4.353/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Betim para debater a situação da educação no referido município;

nº 4.354/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Municipal Raul Saraiva Ribeiro pelos 50 anos de sua fundação;

nº 4.356/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não seja realizada a municipalização da Escola Estadual Padre Miguel, da Escola Estadual do Povoado de São Vicente, da Escola Estadual João Augusto de Carvalho e da Escola Estadual Santo Apolinário, todas localizadas no Município de Simonésia;

nº 4.364/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Escola Municipal Raul Saraiva Ribeiro pelos 50 anos de sua fundação;

nº 4.365/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério da Educação as notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater a situação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU –, tendo em vista os cortes feitos pelo Ministério da Educação em diversas áreas;

nº 4.366/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para liquidação e

pagamento, no exercício corrente, das despesas empenhadas no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, de modo a regularizar o pagamento das bolsas concedidas pela entidade e dar continuidade aos projetos de pesquisa no Estado;

nº 4.367/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Betão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos na educação advindos da aprovação da Emenda à Constituição Federal nº 95, de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União;

nº 4.368/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Coronel Sandro e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja encaminhada a todas as escolas do sistema estadual de educação cópia da Política Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação, instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11/4/2019;

nº 4.369/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para a liberação de recursos para o término do projeto de prevenção de incêndio na Escola Estadual Carmo Giffoni no Município de Belo Horizonte.

Em seguida, são aprovados os relatórios de visita às escolas estaduais Dr. Roberto Belisário Viana, Juscelino Kubitschek de Oliveira e Santos Dumont, realizadas em 7/6/2019, 19/8/2019 e 28/8/2019 respectivamente, que seguem publicados após as assinaturas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Lenira de Araújo Maia, diretora-geral da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, Laiza Assumpção, vice-diretora de Gestão Institucional da Fiocruz, Núbia Roberta Dias, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde –, Fernanda Jorge Maciel, representante dos servidores da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, e Rose Ferraz, superintendente de Promoção, Cuidado e Vigilância da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; e os Srs. Rodrigo Souza Leite, vice-presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed; Luiz Fernando Gonçalves Porto, superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, e Ederson Alves da Silva, vice-presidente do Conselho Estadual de Saúde. Após fazer as considerações iniciais, a presidência concede a palavra aos deputados presentes. Em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Escola Estadual Dr. Roberto Belisário Viana, no Município de Pedro Leopoldo

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 1.886/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou no dia 7/6/2019 a Escola Estadual Dr. Roberto Belisário Viana, no Município de Pedro Leopoldo, com o objetivo de verificar as condições de funcionamento da instituição, que corre risco de fechamento em virtude da interrupção da oferta da educação de tempo integral.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira e a acompanharam Maria Cristina Ribeiro, professora e coordenadora do projeto de educação integral da instituição de ensino; Riane Aparecida Gomes Diniz Aguiar, professora da instituição de ensino; pais e

familiares dos alunos; e Denise de Paula Romano, do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – SindUte-MG.

Relato

A Escola Estadual Dr. Roberto Belisário Viana conta, no ano letivo de 2019, com 160 alunos divididos em seis turmas dos anos iniciais do ensino fundamental.

O projeto de educação integral é desenvolvido há 12 anos na instituição e, até o final do ano letivo de 2018, todos os alunos, além das aulas regulares no turno da manhã, participavam também de atividades complementares no turno da tarde, como iniciação musical, educação patrimonial, informática, esporte e outras atividades lúdicas. Também eram ministradas classes de orientação de estudo, com aulas de reforço de matemática e português e acompanhamento dos deveres de casa. Para a realização dessas atividades, a escola mantinha 14 profissionais – dez professores, três auxiliares de serviço da educação básica e um coordenador – que se dedicavam exclusivamente à educação integral.

Durante o período de permanência dos alunos na escola, eles tinham direito a quatro refeições diárias e, segundo relatos dos funcionários, estas eram a principal fonte de alimentação para muitas das crianças. Além disso, a escola era a única instituição pública de ensino do Município de Pedro Leopoldo que ofertava turmas de educação integral nos anos iniciais do ensino fundamental.

Com a revisão dos critérios de oferta de educação integral para o ano letivo de 2019 promovida pela Secretaria de Estado de Educação – SEE –, houve redução substancial das vagas de educação integral na rede estadual de ensino, e a Escola Roberto Belisário Viana foi impactada por essa medida.

Conforme os critérios atuais da SEE, a educação integral seria inicialmente ofertada apenas nas escolas estaduais cujo Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas – Inse – fosse igual ou inferior ao Nível 3. Esse indicador é apurado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – e busca situar o conjunto dos alunos atendidos em cada escola em um estrato, definido pela posse de bens domésticos, renda e contratação de serviços pela família dos alunos e pelo nível de escolaridade de seus pais.

O Inse classifica os estudantes e escolas em sete níveis. As escolas situadas nos níveis mais baixos são aquelas cujos alunos se encontram em maior situação de vulnerabilidade social.

O índice mais recente foi apurado pelo Inep em 2015 e, à época, a Escola Dr. Belisário Viana foi enquadrada no Nível 4 do Inse. Como não há resultados mais recentes, não é possível precisar se o nível da escola se manteve ou se sofreu alterações nos últimos quatro anos.

A despeito de não se enquadrar nos critérios de vulnerabilidade social utilizados pela SEE para determinar a oferta de educação integral, funcionários da escola relataram que aproximadamente 80% de seus alunos são oriundos das regiões mais carentes e de maior vulnerabilidade social do Município de Pedro Leopoldo.

O relato dos funcionários foi corroborado pelos familiares de diversos alunos, que alegaram que o encerramento da oferta de turmas de educação integral, além de prejudicar os alunos – cuja faixa etária varia entre 5 e 10 anos –, pode expô-los a potenciais situações de riscos, já que em muitos casos todos os familiares da residência trabalham e não têm com quem deixar as crianças.

Apesar de elogiarem a qualidade do ensino e das atividades da escola, os familiares relataram que não têm condições de arcar com os potenciais custos advindos do fim da oferta de turmas de educação integral, como contratação de pessoas para buscarem ou cuidarem das crianças, matrícula em instituições particulares durante o período vespertino, provisão de refeições com o mesmo padrão da ofertada atualmente na escola, dentre outros. Por conta desses entraves, parte significativa dos pais cogita mudar os filhos de escola caso a oferta de educação integral na escola seja definitivamente interrompida.

Como a maior parte dos alunos da Escola Dr. Belisário Viana não reside nas imediações da instituição, a eventual transferência desses alunos traria sérias conseqüências para a escola, que, conforme relatos de funcionários, ficaria com aproximadamente 40 alunos, o que poderia motivar o encerramento das atividades. Caso essa hipótese se concretize, os alunos que residem no bairro Dr. Lund – onde se situa a escola – e em suas imediações teriam que ser transferidos para escolas em outras regiões de Pedro Leopoldo.

Conclusão

Esta comissão julga que a visita atendeu plenamente seus objetivos e se posiciona contrariamente à paralisação da oferta de educação integral na Escola Dr. Roberto Belisário Viana, em razão dos prejuízos que trará aos alunos, à comunidade escolar e às regiões do entorno.

Como a escola em questão não demanda aporte significativo de recursos públicos para seu funcionamento, oferece educação integral à totalidade de seus alunos e não há dados suficientes no Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas para inferir se a escola atualmente cumpre os requisitos estipulados pela SEE para a oferta da educação integral, defendemos a manutenção das atividades de educação integral ofertadas pela escola.

Para tanto, apresentamos requerimento com pedido de providências à Secretaria Estadual de Educação solicitando a manutenção das atividades no turno da tarde na Escola Dr. Roberto Belisário Viana

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Local visitado: Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Betim

Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 3.673/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 19/8/2019, a Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, localizada no Município de Betim, com a finalidade de verificar o atendimento à comunidade em relação à educação de jovens e adultos.

Participou da visita a deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e a acompanharam; Sidinei Cornélio Silva, diretor da Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira; Alessandra Lúcia de Paula, Douglas de Moura Sobrinho e Ludmila Isabel Costa, vice-diretores da Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira; e José Luiz Resende, diretor do *Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG*, subsede Betim.

Relato

A Escola Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira, localizada no Município de Betim, oferta ensino médio, nos turnos matutino e vespertino para atender os alunos do ensino regular, e noturno para atender os alunos do ensino regular e da educação de jovens e adultos – Eja. Em 2016, a instituição de ensino atendia cerca de 997 alunos, hoje são 1512, advindos de 36 bairros do município. O número de alunos evidencia a importância da escola no atendimento da demanda local.

Na Eja estão matriculados cerca de 350 alunos, distribuídos em oito turmas. Os dirigentes da escola informaram que, para atender a demanda da comunidade, seria necessária a formação de 10 turmas, como ocorreu no primeiro semestre de 2019.

Segundo eles, a escola solicitou à Secretaria de Estado de Educação – SEE – que fossem abertas três turmas de 1º ano no segundo semestre, já que três turmas haviam concluído o 3º ano. Porém, a SEE autorizou a abertura de apenas uma turma de 1º ano,

deixando cerca de 80 jovens e adultos sem matrícula. Segundo orientação do órgão, os candidatos excedentes deveriam ser encaminhados para outras escolas ou para o Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec –, que fica a cerca de 5km da escola.

Os dirigentes da escola relataram ainda que todas as medidas administrativas para a abertura de vagas na Eja foram tomadas, incluindo o envio à SEE da lista de espera com as informações dos jovens e adultos que não foram matriculados. Ressaltaram que os inspetores escolares responsáveis pela escola avaliaram a demanda da comunidade e emitiram relatório favorável a abertura de novas vagas. Agora estão aguardando retorno da SEE para efetuarem as matrículas, caso haja manifestação favorável. Há, contudo, receio de que o pronunciamento da SEE não ocorra a tempo, uma vez que o segundo semestre letivo já está em curso.

Demandas relativas aos alunos com deficiência também foram apresentadas pela comunidade escolar na oportunidade. Conforme relataram, o número de alunos com deficiência vem aumentando, mas a escola não dispõe de estrutura física adequada para atendê-los. Devido a falta de acessibilidade, foi necessário improvisar uma sala de aula no refeitório, localizado no andar térreo, para atender aos alunos cadeirantes.

Foi mencionada a dificuldade de obter profissional de apoio para acompanhar os alunos com deficiência. A SEE disponibiliza um profissional de apoio para cada 5 alunos com deficiência, mas a escola tem 12 alunos com deficiência e apenas um profissional de apoio. A demanda por esse tipo de profissional foi encaminhada a SEE e ainda não foi atendida.

Por fim, os dirigentes da escola reivindicaram a construção de quadra esportiva para a prática de educação física e de outras atividades esportivas. A escola possui espaço físico destinado à construção deste equipamento esportivo.

A deputada Beatriz Cerqueira esclareceu que a Eja e os Cesecs têm modelos educacionais distintos. Na Eja o ensino é presencial e organizado em períodos semestrais. Nos Cesecs o ensino é semipresencial e organizado em regime didático de matrícula por componente curricular ou conjunto de componentes curriculares. A deputada salientou que o acesso à educação é um direito constitucional, cabendo ao aluno escolher qual modalidade de ensino melhor atende suas peculiaridades e interesses. Além disso, ressaltou que os Cesecs padecem de falta de infraestrutura e investimento do Estado.

A comissão também ouviu alunos da instituição de ensino. Eles enfatizaram a importância da Eja para obter a certificação de ensino médio e conseguir melhores oportunidades no mercado de trabalho. Por isso, pediram que o número de vagas na Eja seja ampliado para atender a comunidade.

Conclusão

A deputada Beatriz Cerqueira considerou que a visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia cumpriu sua finalidade ao verificar *in loco* a necessidade de serem ofertadas novas vagas na Eja pela instituição.

Solicitou que os dirigentes da escola a informassem sobre o pronunciamento da Secretaria de Estado de Educação a respeito da abertura das vagas, para que ela intervenha, caso necessário. Além disso, colocou-se à disposição da comunidade escolar e comprometeu-se a envidar esforços para solucionar os problemas apresentados.

Em decorrência dos relatos ouvidos durante a reunião, a deputada elaborou requerimentos que serão apresentados e votados em reunião da comissão, com pedidos de providências à SEE para que o órgão construa quadra esportiva coberta na escola, autorize as matrículas na Eja e realize reformas para atender as condições de acessibilidade.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Local visitado: Escola Estadual Santos Dumont, Venda Nova, Belo Horizonte****Apresentação**

Atendendo ao Requerimento nº 3.770/2019, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 28/8/2019, a Escola Estadual Santos Dumont, localizada na região de Venda Nova, em Belo Horizonte, com o objetivo de verificar as condições de funcionamento da unidade escolar, tendo em vista o fechamento de turmas.

Participaram da visita a deputada Beatriz Cerqueira, presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e os deputados Betão e Bartô, respectivamente vice-presidente e membro da mesma comissão. Os parlamentares foram acompanhados por Naihara Carolina Dutra, diretora da Escola Estadual Santos Dumont; Simone Souto Pacheco Luz, vice-diretora da Escola Estadual Santos Dumont do turno da tarde; Igor Alvarenga Oliveira, diretor de comunicação da *Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg*; Gláucia Cristina Pereira dos Santos Ribeiro, *superintendente Regional de Ensino da região metropolitana C*; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Marisa Vieira, coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG –, subsede Venda Nova; e docentes e discentes da instituição de ensino.

Relato

A Escola Estadual Santos Dumont, localizada no centro de Venda Nova, em Belo Horizonte, oferece ensino médio – o 1º ano no turno da tarde, o 2º ano no turno da manhã e o 3º ano no turno da noite. No início do ano letivo, havia 49 turmas na escola. Hoje há 43.

A visita foi dividida em quatro etapas. Nas três primeiras, os deputados escutaram alunos, professores e gestores da escola, separadamente, para que pudessem manifestar seus pontos de vista sobre o fechamento e fusão de turmas na unidade escolar. A etapa final foi uma visita às salas de aula para verificar as condições de acomodação dos alunos.

A primeira reunião ocorreu com os gestores. A diretora da escola informou que foram fechadas duas turmas no turno da manhã, duas turmas no turno da tarde e três turmas no turno da noite, o que equivale a 252 matrículas. Segundo ela, a redução no número de alunos, por motivo de evasão e transferência, e a baixa procura por vagas na escola justificaram os fechamentos. Apesar de a escola ter procedido à busca ativa dos alunos infrequentes, apenas um aluno retornou à escola, conforme relato da diretora.

A diretora informou ainda que as salas de aula foram medidas pela equipe de engenharia da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, que constatou que algumas delas comportam até 60 alunos. A diretora relatou também que a escola tem atualmente 15 turmas de 1º ano, com uma média de 37 alunos por turma.

No tocante aos professores, informou que a maioria deles são efetivos e que alguns estão em situação de excedência parcial e, por isso, poderão continuar desenvolvendo atividades na escola.

Asseverou que tem compromisso com o desenvolvimento pedagógico dos alunos e que as questões administrativas serão resolvidas gradativamente. Para ela, o fechamento e a fusão das turmas foram transparentes, com consulta e esclarecimento aos alunos. Além disso, foram tomadas medidas para a melhor adaptação deles, incluindo a possibilidade de manter amigos na mesma turma.

A deputada Beatriz Cerqueira interpelou se foi elaborado diagnóstico para embasar o fechamento e fusão de turmas na escola. A diretora se comprometeu a encaminhar à deputada relatório com o número de alunos inativos, infrequentes e transferidos no decurso do ano letivo, e número de matrículas da escola no primeiro e segundo semestres de 2019. O relatório não foi enviado.

A segunda reunião ocorreu com os alunos. Eles formularam críticas em relação ao fechamento e fusão de turmas, que teria ocorrido sem prévia consulta nem comunicação à comunidade escolar. Declararam que após a fusão as turmas ficaram superlotadas, pois as salas não dispõem de estrutura para abrigar o número de alunos que foi determinado. Conforme relataram, as turmas têm de 37 a 42 alunos, o que dificulta a circulação entre as carteiras e a interação entre eles. Afirmaram que, mesmo antes da fusão, o espaço já era pequeno e que, naquele momento, havia aluno posicionado a uma distância mínima do quadro.

Há ainda o problema do formato das salas de aula. Algumas são retangulares, o que impede a visão dos alunos ao quadro. Para acompanhar as aulas, precisam fotografar o quadro.

Os alunos também se queixaram da falta de infraestrutura da escola. Segundo o que afirmaram, é frequente faltarem cadeiras e mesas para os alunos. Além disso, a concentração de alunos no andar superior da escola faz com que as escadas não comportem o fluxo de entrada e saída, causando congestionamento, o que seria um risco à segurança em caso de emergência. Com a fusão das turmas, também aconteceu mudança de professores, mesmo já tendo iniciado o semestre letivo.

Manifestaram preocupação com os alunos com deficiência, uma vez que a superlotação prejudica a inclusão e o desenvolvimento deles. Lembraram ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem – se aproxima (faltam apenas dois meses para a sua realização) e expressaram seu temor de que as mudanças prejudiquem o desempenho dos alunos do 3º ano.

Destacaram, por fim, que outras escolas estaduais passam por situação semelhante à da Escola Estadual Santos Dumont, como a Escola Estadual Geraldina Ana Gomes e a Escola Estadual Coronel Manoel Soares do Couto, localizadas na mesma região.

Na terceira reunião, foram ouvidos os professores. Eles relataram que não foram consultados quanto ao fechamento e à fusão das turmas. Avaliaram que a adoção dessa medida após o início das aulas comprometeu o planejamento pedagógico dos professores e prejudicou os alunos, pois cada turma estava em um ponto diferente em relação à quantidade de matéria.

Segundo afirmaram, o colegiado também não foi convocado para discutir previamente o fechamento e a fusão de turmas. Houve reunião apenas para que os membros assinassem a ata, validando o processo após a fusão de turmas. Os representantes dos professores assinaram o documento, com a ressalva de que não estavam de acordo com a medida.

Os professores se queixaram de falta de infraestrutura das salas de aula, mudança sem o devido tempo para adaptação dos alunos e professores, diminuição no número de aulas na escola, o que compromete seus planejamentos e os deixa em situação de instabilidade. Mencionaram ainda a dificuldade de lecionar em salas superlotadas, comprometendo a qualidade das aulas.

Os professores também expressaram preocupação com o atendimento dos alunos com deficiência. A escola tem alunos autistas que são prejudicados em salas superlotadas, pois normalmente são sensíveis à aglomeração de pessoas e a barulho. Há, ainda, o agravante de que alguns professores necessitam fazer uso de microfones para otimizar o uso da voz.

No tocante à gestão da escola, destacaram que é eficiente e aberta ao diálogo com os alunos. Segundo eles, apesar de a elaboração do *quadro de horários* de uma *escola ser* um dever árduo que requer tempo e dedicação, a equipe de gestão foi obrigada a organizar a nova escala em tempo ínfimo.

Os professores também destacaram o prejuízo aos projetos pedagógicos desenvolvidos pela escola com a reorganização das turmas. Outro aspecto citado foi a perda da lotação do professor e prejuízo na contratação temporária que a reorganização das turmas acarretou.

Aproveitaram a oportunidade para relatar que a SEE divulgou uma lista pública, com o nome da escola e dos professores, indicando que não estariam atualizando diariamente os dados no diário escolar digital, o que expôs os professores e caracterizou assédio moral.

Destacaram que outras medidas importantes para a melhoria da educação não são colocadas em prática pelo poder público, como a concessão do passe estudantil e o pagamento do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público,

mas utilizam a legislação para punir a categoria. Por fim, enfatizaram a necessidade de alterar a Lei nº 16.056, de 24/4/2006, que estabelece o limite máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino, para que atenda a realidade das escolas.

A deputada Beatriz Cerqueira agradeceu aos profissionais de educação e enfatizou que o motivo da visita não foi avaliar a gestão da escola, mas colher subsídios para balizar o posicionamento dos parlamentares para que busquem reverter o fechamento das turmas. Reforçou o compromisso de fazer a escuta dos profissionais da educação.

O deputado Betão enfatizou a inaplicabilidade da Lei nº 16.056, de 2006, em todas as escolas, tendo em vista a diversidade arquitetônica dos prédios escolares. Disse que a situação da escola continuará sendo tema da comissão, mas que o engajamento da comunidade escolar, em conjunto com os sindicatos de classe, é fundamental para reverter a aplicação da medida.

O deputado Bartô lembrou que o Estado está passando por uma crise financeira, o que torna necessário a adoção de medidas que gerem economia. Além disso, concordou com os professores sobre a necessidade de rediscutir a Lei nº 16.056, de 2006, para estabelecer relação mais adequada de alunos por turma.

Na sequência, os deputados visitaram quatro salas de aula: sala 12, no Bloco 1; e salas 16, 18 e 22, no Bloco 2; que abrigam alunos do 1º ano. Eles puderam constatar a superlotação relatada por alunos e professores.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do fechamento e da fusão de turmas na Escola Estadual Santos Dumont.

Em decorrência do que foi observado, a deputada Beatriz Cerqueira protocolou o Projeto de Lei nº 1.065/2019, que altera a Lei nº 16.056, de 24/6/2006, para reduzir o número máximo de alunos por sala de aula na rede estadual de ensino.

A fusão das turmas aconteceu no dia 20/8 já no curso do semestre letivo. A comissão orientou a SEE e as superintendências a não realizar esse procedimento.

Além disso, serão apresentados e votados os seguintes requerimentos em reunião da comissão:

solicitação de visita à Escola Estadual Geraldina Ana Gomes; à Escola Estadual Coronel Manoel Soares do Couto; e à Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C;

pedido de providências à Secretaria de Estado de Educação para que reavalie o fechamento e fusão de turmas na Escola Estadual Santos Dumont;

pedido de providências para diminuir o número de alunos por sala de aula na referida escola;

orientação à SEE para que mudanças sobre a organização das turmas sejam sempre debatidas previamente com a comunidade escolar e que o posicionamento desta seja respeitado, e que não ocorram durante o ano letivo.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, relatora.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Andréia de Jesus e os deputados Betão, Bruno Engler e Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/9/2019, às 9 horas, em Montes Claros, com a finalidade de, em audiência pública, debater direitos humanos territoriais e povos e comunidades tradicionais.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2019.

Leninha, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 27/9/2019, às 18 horas, em Conselheiro Lafaiete, com a finalidade de, em audiência pública, debater a importância da reativação do transporte ferroviário de passageiros entre Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2019.

João Leite, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/9/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Eliene Conceição Cunha de Carvalho, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Leonardo Augusto Lopes Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 62/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 153/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 4/10/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento anual de óleo diesel, tipo S10.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 62/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Nacional Atacadista Brasil Ltda. – EPP. Objeto: aquisição de peças e componentes de áudio e vídeo conforme descrição do Anexo I (Especificações Técnicas Mínimas). Vigência: seis meses, a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 38/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90(10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 79/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sompo Seguros S.A. Objeto: prestação de serviço de seguro patrimonial. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do prazo de vigência do contrato, por 12 meses, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir de 00h1min (zero hora e um minuto) do dia 4/9/2019, até 00h00 (zero hora) do dia 4/9/2020. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.